



Inciso XXXVII Do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988

Autor(es)

Cleidimar Silva Franca Rezende
Júlia Beatriz Gomes Alves

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA TAGUATINGA SHOPPING

Introdução

O inciso XXXVII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 estabelece que "não haverá juízo ou tribunal de exceção". Este inciso visa garantir que qualquer pessoa tenha direito a um julgamento justo, realizado por um tribunal competente, sem a criação de tribunais especiais para julgar determinados casos. Essa garantia é essencial para a proteção dos direitos individuais e para o funcionamento democrático do Estado de Direito, evitando abusos de poder e garantindo a todos o acesso à justiça de forma igual.

Objetivo

Analizar a aplicação do inciso XXXVII do artigo 5º da Constituição Federal de 88 pela jurisprudência brasileira, destacando sua importância para a garantia do devido processo legal.

Material e Métodos

Constituição Federal de 1988.

Pesquisas sobre os princípios.

A metodologia feita neste estudo envolveu uma pesquisa bibliográfica para análise do enquadramento do inciso XXXVII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 dentro da classificação das normas constitucionais. Além disso, foi realizada uma análise de princípios constitucionais com casos que tenham relação direta com a aplicação. E a análise desse inciso, especialmente no que se refere à garantia do devido processo legal e à proibição de juízos ou tribunais de exceção.

Resultados e Discussão

O artigo 5º é um dos mais importantes, pois trata dos direitos e garantias dos cidadãos brasileiros. Inciso XXXVII diz que não pode haver criação de tribunais ou juízos especiais para julgar determinados casos, fora das regras e procedimentos estabelecidos pela legislação. Isso garante que todos julgados de acordo com as normas e princípios legais. Princípio da Instabilidade da jurisdição, jornalista Vladimir Herzog foi preso e encontrado morto em sua cela. O regime tentou forjar a versão de que ele havia se suicidado, mas diante da pressão da sociedade civil, foi instaurado um inquérito para investigar o caso. A Justiça reconheceu a responsabilidade do Estado na morte de Herzog. Princípio do Juiz Natural, o líder da ALN, Carlos Marighella, foi capturado e morto em um confronto com agentes da polícia. Sua morte evidenciou a violação do princípio do juiz natural, uma vez que foi julgado e

Anhanguera



condenado à pena de morte pelos agentes do regime, sem direito a um julgamento justo perante um juiz competente.

Conclusão

O artigo 5º, inciso XXXVII da Constituição Federal de 1988, se classifica como uma norma de eficácia plena, pois possui a aplicabilidade direta e imediata, sendo auto aplicável, não necessitando de regulamentação posterior para produzir efeitos.

Referências

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: [data de acesso]. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 38. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Vladimir_Herzog#:~:text=Militante%20do%20Partido%20Comunista%20Brasileiro,so bre%20suas%20liga%C3%A7%C3%A3es%20com%20o

<https://www.fflch.usp.br/40408>

3^a MOSTRA CIENTÍFICA

